



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

17/08/2015 – Comitê de Investimentos

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osieo Hecher, Silvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/077/2015**. No cenário nacional, o grande destaque do mês de julho foi o anúncio do governo que revelou sua grande dificuldade em realizar um superávit primário mais forte este ano, reduzindo sua meta para 0,15% do Produto Interno Bruto, aumentando esse percentual ano a ano, de modo a atingir 2,0% apenas em 2018. O mercado reagiu mal à redução do esforço fiscal, já embutindo um cenário de rebaixamento do rating soberano, provocando forte desvalorização do real e queda acentuada da BM&FBovespa. Para os analistas financeiros, o corte da meta de superávit em 2015, de 1,1% para 0,15% do PIB, além de aumentar as dúvidas quanto à manutenção do grau de investimento da economia brasileira; reduz o espaço para o Comitê de Política Monetária desacelerar o ritmo de alta dos juros. No cenário internacional, a Grécia e a China deixaram de ser o centro das atenções no final de julho, após vários meses de alta volatilidade nestes mercados. As atenções voltaram para a política monetária norte-americana e a expectativa de aumento nas taxas de juros ao longo deste semestre. A economia global passa por um momento bastante delicado para os países emergentes devido a instabilidades políticas, queda no ciclo de commodities e desafios em termos de crescimento. A alta de juros norte-americana poderá ser prejudicial àqueles países que não estejam preparados para uma reversão mais forte nos fluxos de capitais. **Estados Unidos**. Em meio à volatilidade natural dos indicadores de atividade de curto prazo, o cenário vem confirmando a retomada do crescimento em taxas um pouco acima do potencial. Em termos de política monetária, Janet Yellen reafirmou que, a confirmar-se o cenário prospectivo, seria apropriado iniciar um processo de alta de juros ainda em 2015. O Federal Reserve (Banco Central dos EUA) vem anunciando, desde o segundo semestre de 2014, que se aproxima o momento em que deverá começar a subir a taxa básica de juros da economia, mantida próxima de zero desde a crise de 2008/2009. É o evento mais antecipado e esperado pelos mercados, nos últimos anos. Desta forma, os efeitos sobre os mercados financeiros deverão ser modestos, uma vez que os agentes já estão preparados, com os preços, praticamente, ajustados. **Zona do Euro**. O índice de preços ao consumidor na Área do Euro em junho exibiu alta de 0,2% em relação ao mesmo mês de 2014. A inflação permaneceu estável, em linha com as expectativas do mercado. Os preços de energia voltaram a puxar o indicador agregado para baixo, com queda de 5,6%. Por outro lado, os preços de serviços subiram 1,2%. Os preços industriais também aceleraram, de uma alta de 0,3% para outra de 0,5%. Com isso, o núcleo de inflação subiu de 0,8% para 0,9%. A taxa de desemprego no continente, que permaneceu estável em 11,1% entre maio e junho. Esse é o menor nível desde 2012, porém ainda bastante superior à média histórica. Assim, qualquer melhora consistente da inflação depende da continuidade da queda do desemprego, o que deve levar tempo, mesmo considerando a perspectiva de aceleração da retomada da economia europeia. Com relação à atividade, recuperação da confiança sinaliza continuidade do crescimento no segundo semestre. O índice de confiança da Comunidade Europeia avançou em julho e atingiu o maior patamar desde julho de 2011. Com a alta o indicador atingiu 104 pontos ante 103,5 em junho. **Grécia**. A rejeição popular, por margem expressiva, às reformas pedidas pelos credores (União Européia, FMI e Banco Central Europeu), elevou consideravelmente a incerteza de curto prazo. Mas o primeiro-ministro grego, que havia surpreendido a todos ao convocar o plebiscito, voltou a surpreender ao aceitar, apenas uma semana após a votação, um acordo com os credores cujos termos são muito mais duros do que aqueles que a população havia rejeitado nas urnas, alegando que a alternativa seria a saída da união monetária, com custos muito mais elevados. A expectativa é de que um novo Memorando de Entendimento seja assinado pela Grécia e seus credores em agosto. Com isso, a Grécia deverá sair dos radares dos investidores globais. **Espanha e Irlanda** puxam crescimento da região.



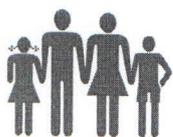
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

As economias da Espanha e Irlanda vêm registrando forte recuperação de recessões severas e são as que mais crescem no euro. Os dois foram os países da região mais duramente atingidos pela crise financeira global, mas estão se recuperando muito bem depois de um prolongado período de austeridade, que está chegando ao fim, e com a volta da confiança do consumidor e das empresas. Gastos recordes de turistas levaram a Espanha ao trimestre de maior crescimento desde 2007, enquanto a economia irlandesa voltou ao tamanho de antes da crise e cresceu seis vezes mais que a zona do euro como um todo. O Fundo Monetário Internacional, prevê um crescimento de 3,1% para a Espanha neste ano, e de 4% para a Irlanda. **China.** O governo prometeu intensificar os ajustes direcionados à política econômica para fomentar o crescimento estável na segunda maior economia do mundo. Em um raro reconhecimento dos desafios à frente, para o governo a China ainda precisa encontrar novos catalisadores para movimentar sua economia em um momento em que os motores antigos estão fraquejando. Para assegurar que a economia possa sustentar um ritmo razoável de crescimento, o governo manterá as políticas econômicas amplamente estáveis, ao mesmo tempo em que aumenta ajustes direcionados. As autoridades chinesas têm descrito nos últimos dois anos qualquer afrouxamento na política fiscal e monetária, incluindo cortes de taxas de juro, como direcionado. **Brasil.** Os principais indicadores de atividade econômica permanecem exibindo resultados fracos. A tendência de enfraquecimento da atividade econômica nos próximos meses permanece presente, em função do impacto do ciclo de aperto monetário e de seus efeitos no mercado de trabalho e crédito. O ambiente econômico, fragilizado pela crise política que paralisa o governo, ganhou mais um elemento desestabilizador com as alterações promovidas na política fiscal brasileira. Desde o final do ano passado, o Ministério da Fazenda estabeleceu como meta a realização de superávit fiscal primário de 1,1% do PIB (R\$ 66,3 bilhões) para o setor público consolidado em 2015. Para 2016, em diante foi estabelecido esforço fiscal equivalente a 2% do PIB. Em julho, essas metas, de forma inesperada para os mercados, foram reduzidas drasticamente, tanto para este ano e como para os próximos. Essa decisão é entendida como a reação do governo frente a forte rigidez dos gastos públicos no Brasil além das dificuldades políticas em elevar a carga tributária, em um quadro de forte queda da atividade econômica, corroendo a arrecadação fiscal. As novas metas anunciadas para o período 2015-2017 foram: 0,15% do PIB em 2015; 0,7% do PIB em 2016 e 1,3% do PIB para 2017. Com isso, o governo buscou ser mais transparente, aumentando a credibilidade da meta e ao mesmo tempo elevar a responsabilidade do Congresso nas futuras decisões envolvendo gastos públicos. Essas alterações na política fiscal, por mais adequadas que se mostrem a atual conjuntura econômica e política, não deixaram de acender uma luz amarela junto as agências de risco, aumentando as chances de o Brasil perder o grau de investimento em algum momento à frente. Nos últimos meses o ambiente econômico desafiador - citado como uma das razões para a revisão de meta fiscal - refletiu-se na queda da confiança dos agentes da economia em geral. No mês de julho a Confiança do Consumidor medido pela Fundação Getulio Vargas registrou queda na margem de 2,3%, com a deterioração dos componentes de expectativas para emprego e inflação contribuindo para a queda de 23,0% na comparação anual. A recessão que o Brasil enfrenta neste momento pode vir ser a mais longa já experimentada pelo país. Isto equivale a dizer que o processo de recuperação será o mais demorado. Com crise fiscal, instabilidade política, governo fraco, confiança de empresários e consumidores nos menores níveis da história e diante de um mundo nada animador, a economia brasileira entrou definitivamente numa tempestade mais que perfeita. O país cresceu em média "4,5%" ao ano entre 1960 e 2014 e "3%" entre 1997 e 2014. Para os analistas financeiros, deverá ocorrer contração de 1,76% neste ano e alta de apenas 0,2% em 2016. Uma forte retomada da economia é pouco provável sem a participação do setor externo. As recentes dificuldades do governo federal em aprovar as medidas de ajuste fiscal no Congresso sugerem uma baixa probabilidade de avanços importantes nos temas da pauta econômica. **Inflação.** Em julho, o IPCA apresentou variação de 0,62%. No acumulada em 12 meses, fechou em 9,56%. Os analistas das instituições financeiras voltaram a elevar as suas estimativas para o índice oficial de inflação. A expectativa é que IPCA encerre 2015 em 9,25%. Para 2016, a inflação oficial deverá encerrar o ano em 5,40%. **Taxa de Juros.** Na 192ª reunião do Comitê de Política Monetária,



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

o Comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50%, para 14,25% ao ano sem viés. O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. A projeção para a taxa de juros básica da economia em 2015 é de 14,25% ao ano. Para de 2016, a estimativa é de 12,00% ao ano. Com o aumento, a Selic volta aos níveis de agosto de 2006 e a taxa real, descontada a inflação, atinge 8,4%, maior patamar desde novembro de 2008. **Rating - Nota de Crédito.** A agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em "BBB", mas alterou a perspectiva da nota de "estável" para "negativa". Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de "bom pagador". A agência avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo deslize. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma. Reclassificações no rating por parte das agências Moody's e Fitch também estão por vir. Atualmente, os ratings soberanos do Brasil nas duas agências são "Baa2" e "BBB", respectivamente, ambos com perspectiva negativa. As duas devem reduzir a nota brasileira. A grande dúvida está na perspectiva, se será estável ou negativa. A mudança na perspectiva do rating brasileiro para "negativa" pela Standard & Poor's aumentou a aposta entre analistas estrangeiros de que o Brasil pode ser o primeiro entre os principais países emergentes a perder a classificação de grau de investimento nos próximos dois anos. Além do Brasil, analistas dizem que estão na berlinda África do Sul, Indonésia e Turquia. A Rússia já perdeu o selo de bom pagador. Economistas estrangeiros dizem que a situação do Brasil é mais delicada, que o Brasil tem apresentado nos últimos anos uma dinâmica pior de crescimento que seus pares e o desempenho da atividade econômica é um fator avaliado de perto pelas agências de classificação de risco. Além disso, as contas externas ainda estão ruins e o Brasil tem de lidar com os reflexos das investigações de corrupção na Petrobras, que vêm afetando o setor privado, o ambiente político e a atividade econômica. Como ponto positivo, na comparação com outros países emergentes, analistas destacam que o Brasil tem reservas internacionais robustas. **O que acontece se o Brasil perder o grau de investimento?** O mercado tem vivido dias de expectativas à espera do resultado da recente visita da agência internacional de risco Moody's ao Brasil. O receio de que o país perca o grau de investimento – espécie de selo de bom pagador e "porto seguro" para investidores – tem influenciado a tendência de alta do dólar e de queda da Bovespa nos últimos dias. Mas, afinal, qual seria o efeito da perda do grau de investimento para os brasileiros? O grau de investimento é um selo de qualidade que assegura aos investidores um menor risco de calotes. A partir da nota de risco que determinado país recebeu, os investidores podem avaliar se a possibilidade de ganhos compensa o risco de perder o capital investido com a instabilidade econômica local. O Brasil conquistou o grau de investimento pelas agências internacionais Fitch Ratings e Standard & Poor's em 2008. Em 2009, conquistou a classificação pela Moody's. Alguns fundos de pensão internacionais, de países da Europa ou os Estados Unidos, por exemplo, seguem a regra de que só se pode investir em títulos de países que estão classificados com grau de investimento por agências internacionais. Por isso, essa "nota" permite que o país receba recursos de investidores interessados em aplicar seu dinheiro naquele local. O propósito principal das agências é justamente atribuir uma nota que indique ao mercado financeiro a possibilidade ou o risco de que o emissor de determinado título de dívida venha a não cumprir com o compromisso de dívida, ou seja, venha a dar um calote. As agências de risco avaliam a situação econômica do país para determinar se o selo de "bom pagador" é apropriado ou não. Por isso, indicadores ruins e ambiente econômico de incertezas em um país podem gerar uma tendência de rebaixamento da nota. No caso do Brasil, o mercado teme que o país, depois do esperado rebaixamento pelas agências de avaliação de risco Moody's e Fitch, receba perspectiva negativa de alguma delas. O principal problema é o conjunto de indicadores econômicos negativos. Todos os indicadores estão negativos. Sem o grau de investimento, muitos investidores estrangeiros não aplicariam mais dinheiro no Brasil. Também poderia acontecer a saída de recursos aplicados atualmente. A situação ocasionaria então uma "fuga" de capital do país. O que significa



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

na prática é que um país que perca o grau de investimento não vai mais poder contar com recursos desses fundos de previdência, e isso pode significar uma fuga de capital. A fuga de capital internacional teria um “efeito em cascata” para a economia. O efeito cascata seria a menor geração de emprego, alguns desarranjos na política econômica. O mercado entende já que vão entrar menos dólares no Brasil e o preço sobe, que é o que está acontecendo agora. Então, os produtos importados ficam mais caros. Vai ficar mais caro para quem se utiliza de produtos de saúde, por exemplo, que é um setor que importa muito. O mesmo ocorre com máquinas e fertilizantes para o setor agrícola, e que a situação agravaria a inflação. A empresa que antes tinha uma perspectiva de retorno de 10% a 15% passa a ter expectativa menor. Isso porque, se ela investir aqui, dado que esse país vai receber menos recursos, o potencial de consumo do país diminui. Então, os produtos que a empresa iria ofertar no mercado não vão mais ter aquele preço, a quantidade não pode ser a mesma. Isso impacta no retorno esperado pela empresa e ela pode reduzir o volume inicialmente previsto. Isso implicaria em menor geração de empregos. “US\$ 1 bilhão investido tem um determinado número de pessoas que seriam empregadas. Com um volume menor investido, naturalmente esse número também será menor.”

**Dólar.** O dólar renovou a máxima no ano frente ao real, refletindo a valorização da moeda americana no exterior, após o dado do Produto Interno Bruto nos Estados Unidos reforçar expectativa de alta da taxa de juros ainda neste ano. O movimento no mercado local ainda foi intensificado pela sinalização do Banco Central do fim do ciclo de alta da Selic. A moeda americana acumulou valorização de 8,44% no mês e de 26,77% no ano. A recente escalada do dólar, representa, na visão dos economistas, uma mudança estrutural do patamar da taxa de câmbio dada a piora do quadro fiscal doméstico e a desvalorização global das moedas emergentes, principalmente aquelas atreladas a commodities. Para analistas, a desvalorização do real pode se intensificar com a piora do cenário político local e aumento da aversão a risco no exterior, com a expectativa de alta da taxa de juros nos Estados Unidos. As projeções para a taxa de câmbio para este ano variam de R\$ 3,20 a R\$ 3,80, com alguns bancos vendo a possibilidade de a moeda americana atingir esse patamar no curto prazo.

**Renda Fixa.** O mês de Julho foi um mês de alta volatilidade para o mercado brasileiro, uma vez que o fim do ciclo do aperto monetário coincidiu com desenvolvimentos importantes da questão política e fiscal. Num primeiro momento, a queda da atividade, acompanhado de pronunciamentos da autoridade monetária, fizeram com que o mercado precificasse que o ciclo de alta estaria próximo do fim, chegando a apostar numa eventual redução do ritmo de alta. No entanto a alteração da trajetória da meta fiscal e a perspectiva negativa para o rating do Brasil divulgada pela agência S&P se sobrepuseram ao discurso do Banco Central, provocando uma reabertura das curvas de juros. Já no panorama internacional, o Fed manteve o discurso de que o início do ciclo de aperto monetário está se aproximando, e possivelmente ocorra ainda esse ano. Além disso, turbulências recentes na economia chinesa contribuíram para uma queda adicional do preço de diversas commodities, o que impactou negativamente as moedas de países emergentes. Cabe mencionar, que o Real teve um desempenho especialmente ruim, dadas as incertezas da conjuntura local. Ao mesmo tempo em que temos perspectiva mais otimista para a inflação no curto prazo, em virtude do quadro de atividade recessiva e aumento do desemprego, bem como menor pressão dos alimentos, do outro lado houve piora expressiva no fundamento fiscal, aumentando o risco de médio/longo prazos. No mercado brasileiro, apesar de o Banco Central ter elevado a taxa Selic em 0,5%, para 14,25% maior taxa de juros real do mundo e a terceira maior taxa nominal, só atrás da Argentina e Venezuela, tornando mais atrativas as aplicações em renda fixa, as incertezas no cenário político limitam o aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil. A incerteza política ainda está muito grande. Há o risco de um novo rebaixamento do rating soberano brasileiro e de governabilidade da presidente Dilma Rousseff, com o aumento das discussões sobre um impeachment, que fazem com que o investidor estrangeiro fique muito reticente com tudo isso”.

**IMA-B.** O mercado de fundos IMA também sofreu bastante com a abertura dos juros reais, principalmente a parte longa da curva, e o benchmark acabou fechando o mês no campo ligeiramente negativo.

**IMA-B 5.** O mercado de fundos IMA também sofreu bastante com a abertura dos juros reais, principalmente a parte longa da curva, o mercado de fundos IMA-



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

B 5 fechou o mês em patamar positivo graças ao bom desempenho da parte curta da curva de juros reais, além de uma boa rentabilidade advinda dos índices de inflação mais altos para o período. Nos últimos anos, o IMA-B 5 apresenta a relação RISCO x RETORNO mais atrativa entre os diferentes componentes dos índices IMA, além de se mostrar como uma ótima ferramenta de proteção contra surpresas inflacionárias.

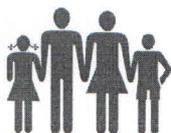
**IRFM-1.** No âmbito doméstico, o mercado de renda fixa foi marcado pela alta volatilidade, uma vez que o fim do ciclo do aperto monetário coincidiu com desenvolvimentos importantes da questão política e fiscal. Num primeiro momento, o arrefecimento da atividade, acompanhado de pronunciamentos da autoridade monetária, fizeram com que o mercado precificasse que o ciclo de alta estaria próximo do fim, chegando a apostar numa eventual redução do ritmo de alta. No entanto, posteriormente, a alteração da trajetória da meta fiscal e a perspectiva negativa para o rating do Brasil divulgada pela agência S&P se sobrepuseram ao discurso do Banco Central, provocando uma reabertura das curvas de juros. Enfim, o banco central ajustou sua comunicação antes da reunião do COPOM, e acabou por aumentar a taxa de juros em 0,5% p.p, indicando que o ciclo havia chegado ao fim. Apesar disso, o bom carregamento dos papéis garantiu o rendimento acima do CDI no mês. **Renda Variável.** O Ibovespa encerrou o último pregão do mês no azul, em alta de 1,94%. Ainda assim, no mês acumulou declínio de 4,17%, aos 50.864 pontos, sinalizando ambiente ainda hostil às ações brasileiras, tendo o corte das metas fiscais pelo governo como principal elemento para o viés negativo. No ano, o Ibovespa ainda acumula desempenho positivo de 1,71%. A queda no mês se deve pela deterioração no ambiente político e econômico, culminada pela redução da meta fiscal do governo, que surpreendeu bem negativamente o mercado. O mercado acionário enfraqueceu a partir da segunda quinzena do mês notadamente em função do desempenho negativo nos setores atrelados ao ciclo global de commodities. Como indicativo, o índice de commodities global caiu 10,83% em Julho. No mercado externo, apesar da evolução positiva para a crise grega, a apreensão com o crescimento chinês se acentuou. A volatilidade da bolsa chinesa culminou numa intervenção do governo para segurar os preços. Apesar disso, os preços de commodities sofreram com destaque negativo para os metais e minério de ferro. Além disso, a sinalização pelo FED de aumento da taxa de juros americana ainda para esse ano somou-se ao conjunto de riscos. No panorama local, o ambiente econômico e político continuam desfavoráveis com grande destaque para a revisão para baixo da meta fiscal pelo governo apesar da sinalização de possível fim do ciclo atual de aperto monetário. O desempenho dos mercados acionários globais foi marcado por forte volatilidade em julho. O mês começou com a vitória do “não” no referendo na Grécia, onde os gregos rejeitavam o plano de austeridade fiscal proposto pelos credores. Isso fez com que os mercados entrassem em modo de aversão a risco e apresentassem relevantes perdas nos primeiros dias. Mesmo com as tentativas do governo chinês para estabilizar o mercado daquele país, a volatilidade foi alta durante todo o mês, com claros reflexos nos mercados de commodities e também na bolsa brasileira. **PERSPECTIVAS.** O mercado doméstico deve continuar repercutindo a decisão do governo de reduzir o esforço fiscal para 2015, em meio às dificuldades de se elevar a receita e cortar despesas públicas. Esse quadro deverá manter o dólar pressionado, ao mesmo tempo em que deve aumentar os prêmios exigidos pelos vencimentos mais longos da curva de juros futuros. O quadro revela uma mudança do cenário que requer cautela na movimentação dos recursos, cenário internacional deflacionário, cenário interno inflacionário e elevado grau de incerteza quanto ao comportamento dos ativos. Na renda fixa, as recomendações são de expor a carteira para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMAB 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMAB e IMAGeral), os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRFM 1, IMAB 5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas. Momento favorece a compra de títulos de renda fixa prefixados. Com a crescente expectativa de que o Banco Central pare de aumentar os juros em breve e passe a baixá-los em 2016, investidores se perguntam se não chegou a hora de começar a comprar títulos de renda fixa



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

prefixados. Para alguns analistas econômicos, é que sim, ainda que se ache importante ter diversificação também na renda fixa, possuindo os três tipos na carteira. O apelo imbatível do juro alto: Selic de 14,25% ao ano, maior taxa desde agosto de 2006, e sinalização do fim do ciclo de aperto monetário. Qual a motivação para arriscar? Se nos dois últimos meses gestores e analistas já vinham recomendando aos investidores aumentar a fatia de aplicações prefixadas na carteira, agora não há mais espaço para hesitar. Apesar da redução vista desde a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, antecipando as próximas decisões para os juros, prêmios reais da ordem de 6% e nominais em torno de 13% devem ser garimpados, indicam especialistas, e até mesmo fundos referenciados DI, opção dos mais conservadores, seguem no radar diante de juros tão elevados. É verdade que o cenário macroeconômico passou por fortes oscilações em julho, e não há garantia de que a instabilidade vai diminuir. Alguns analistas financeiros, separam as oportunidades de investimentos em três faixas. Para eles, devemos ter uma taxa de juros alta ainda neste ano e em grande parte de 2016. Não tendo espaço para uma grande queda. Para os mais confiantes de que o pior já passou e a inflação tende a ceder: aplicar em papéis prefixados (LTNs) com prazo próximo a 2017. Para aqueles ainda incertos sobre a capacidade de a inflação ser mais bem conduzida ou receosos com o impacto da elevação dos juros nos Estados Unidos sobre o mercado brasileiro, a indicação recai sobre títulos indexados ao IPCA (NTNBs) com vencimentos entre 2019 e 2022. E para os muito preocupados e até céticos com a economia, é melhor manter-se em fundos DI. **Meta Atuarial.** Com a evolução dos índices inflacionários para este ano a meta atuarial dos RPPSs tende a ser elevada. A projeção para a meta atuarial medida pela variação do INPC é de 16,22%. Para 2016 o cenário tende a melhorar para os indicadores de inflação. Com isso a meta atuarial projetada, medida pelo IPCA, é de 11,72% já a meta estimada com base na variação do INPC deverá ser de 11,52%.

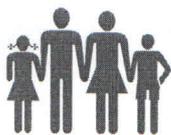
**CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.** Apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no sétimo mês do ano, aumentado o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ R\$ 231.931.520,09** em junho, para **R\$ 233.773.774,73** em julho. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no mês de julho: IMA-B5 (1,781%), IRFM 1 (1,28%), IMA-B Total (1,23%), IRFM 1+ (1,21%), CDI (1,17%), Meta Atuarial (1,07%), Patrimônio (0,79%), IRFM Total (-0,72%), IMA-B 5+ (-1,80%), Imobiliário (-3,45%), Dividendos (-3,48%), Small Caps (-3,68%), IBRX-50 (-3,76%) e Ibovespa (-4,17%). **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** nos sétimo mês de 2015: Meta Atuarial (11,15%), IMA-B 5 (9,37%), IMA-B Total (7,55%), Patrimônio (7,39%), CDI (7,17%), IMA-B 5+ (7,06%), IRFM 1 (6,95%), IRFM Total (6,47%), IRFM 1+ (6,22%), IBRX-50 (2,69%), Ibovespa (1,71%), Dividendos (-8,15%), Small Caps (-10,26%) e Imobiliário (-11,50%). **Meta Atuarial.** Apesar da valorização dos ativos financeiros, a meta atuarial não foi atingida devido a alta variação do índice de inflação: meta atuarial de 11,15% enquanto o crescimento financeiro foi de 7,391%. **Rentabilidade dos Investimentos.** A Carteira de Títulos Públicos apresentou valorização acumulada de R\$ 3.709.128,28 (três milhões setecentos e nove mil cento e vinte e oito reais e vinte e oito centavos). Os Fundos de Renda Fixa apresentaram valorização de R\$ 12.196.039,14 (doze milhões cento e noventa e seis mil trinta e nove reais e catorze centavos). Os Fundos de Renda Variável apresentaram desvalorização de R\$ 114.216,89 (cento e catorze mil duzentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos). **Diversificação dos investimentos:** a-) Fundos DI (R\$ 64.832.831,50 / 27,73% do PL), b-) Fundos IRFM 1 (R\$ 32.582.234,12 / 13,94% do PL), c-) Títulos Públicos IPCA (R\$ 29.553.034,76 / 12,64% do PL), d-) Fundos IMA-B 5 (R\$ 47.396.427,31 / 20,27% do PL), e-) Fundos IMA-B (R\$ 28.040.034,56 / 11,99% do PL), f-) Títulos Públicos IGPM (R\$ 14.127.982,71 / 6,04% do PL), g-) Fundos Crédito Privado IPCA (R\$ 12.362.278,00 / 5,29% do PL), h-) Fundos Ibovespa (R\$ 2.636.786,05 / 1,13% do PL) e i-) Fundos Ibx-50 (R\$ 2.242.165,72 / 0,96% do PL). **Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** a-) Caixa Econômica Federal (R\$ 46.784.649,84 / 20,01% do PL), b-) Santander (R\$ 50.167.729,51 / 21,46% do PL), c-) Itaú (R\$ 28.040.034,56 / 11,99 do PL), d-) Banco do Brasil (R\$ 32.582.234,12 / 13,94% do PL) e e-) Bradesco (R\$ 32.518.109,23 / 13,91% do PL). **Duration das Aplicações.** No encerramento do sexto mês do ano, 56,24% das aplicações estavam alocadas em fundos de longo prazo, 41,67% das aplicações estavam alocadas em fundos de curto prazo e 2,09% das



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

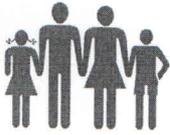
aplicações financeiras alocadas em renda variável. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. Fundos de Crédito Privado. As aplicações nos Fundo de Investimentos – Renda Fixa Crédito Privado estão em desacordo com o artigo 7º, inciso VII, alínea b (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014), 5,08% (novembro/2014), 5,15% (dezembro/2014), 5,15% (janeiro/2015), 5,17% (fevereiro/2015), 5,24% (março/2015), 5,24% (abril/2015), 5,23% (maio/2015), 5,27% (junho/2015) e 5,29% (julho/2015).

**Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do sétimo mês do ano somente os títulos públicos conseguiram superar a meta atuarial de 11,16%: Títulos 2021 (12,74%), Títulos 2024 (12,74%), Caixa Brasil IPCA X (10,23%), Caixa Brasil IPCA XII (10,13), Santander IMA-B 5 (9,23%), Itaú IMA-B (7,27%), Bradesco DI (7,26%), Santander DI (7,27%), Caixa DI (7,21%), Brasil IRFM 1 (6,71%), Santander Ibovespa (1,00%) e Caixa IBRX-50 (-1,046%). Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório sobre RENDA VARIÁVEL**, conforme processo **IPMU/098/2015**. O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, negocia historicamente com desconto para seus pares internacionais. Não é somente a atual política econômica que explica esse fenômeno. Há diversas causas. Atualmente esses prêmios se reduziram. Mas essa convergência dos múltiplos deve-se a um efeito negativo: a queda esperada dos lucros das empresas brasileiras em decorrência da estagnação da economia. Se observarmos os últimos dez anos, o Ibovespa somente apresentou prêmio sobre todos os índices citados em novembro de 2007. Era uma época na qual se acreditava no crescimento sustentável da economia brasileira. Com isso, os investidores aceitavam pagar um múltiplo mais elevado, pois o incremento dos lucros futuros faria o indicador desinflar ao longo do tempo. Mas, infelizmente, o cenário otimista de 2007 não se confirmou. Voltamos a ser classificados como uma economia de crescimento pouco sustentável e que rapidamente desacelera, característica que se estende desde a década de 80. Esta é a primeira razão para o desconto do nosso índice acionário em relação aos dos demais países. A característica cíclica de nossa economia derivada do peso do segmento de commodities (mineração, petróleo, produtos agrícolas) e bancário no PIB ajuda a explicar o padrão economia de crescimento pouco sustentável e que rapidamente desacelera. Em recessões, a queda da receita desses setores tende a ser abrupta. Já em momentos prósperos, o faturamento se expande rapidamente. O Ibovespa acentua ainda mais o problema, pois é muito concentrado em ações de empresas cíclicas: bancos, Petrobras, Vale, siderúrgicas, empresas de papel e celulose. Apesar das alterações metodológicas recentes, essa característica se manteve. Investir em ações apresenta mais riscos do que aplicar em produtos mais conservadores como, por exemplo, a maior parte dos títulos de renda fixa. Com isso, é natural que o investidor exija um retorno extra ao alocar seus recursos na bolsa de valores. No fechamento do 1º semestre 2015, a rentabilidade alcançada nos fundos de renda fixa foram superior as do mercado acionário. Os juros no Brasil são historicamente elevados o que provoca um desarranjo na economia e nos investimentos em geral. Os juros altos são danosos ao investimento em ações, reduzem a demanda pelos produtos das companhias, reduzindo a receita e elevam as despesas financeiras o que reduz o fluxo de caixa gerado e, por consequência, o preço das ações. Outro impacto negativo dos juros altos é que o mercado acionário perde atratividade perante outros investimentos de menor risco o que aumenta o resgate do mercado acionário, deprimindo o preço das ações. Cabe ressaltar que boa parte das empresas de maior capitalização que compõem os principais índices acionários brasileiros são cíclicas, ou seja, suas atividades operacionais dependem do ciclo econômico o que eleva a volatilidade do índice. Além disso, o Ibovespa apresenta muitas estatais em sua composição que negociam com desconto para os competidores privados em decorrência do risco político. O cenário econômico ainda é incerto,



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

principalmente quanto ao resultado das medidas adotadas em 2015. Para alguns analistas financeiros, a recessão esperada para o Brasil será o pior desempenho para a economia brasileira em 25 anos. O pessimismo é explicado pelo investimento fraco em meio à falta de confiança empresarial e problemas dos setores de petróleo e gás e construção. Outro fator negativo é a contenção do consumo pela piora do mercado de trabalho e redução da renda disponível. As expectativas para a economia brasileira continuam a deteriorar-se. Entre as razões do pessimismo, nota-se que há piora da confiança empresarial por uma série de fatores. Apesar do pessimismo com as implicações imediatas do escândalo na Petrobras, existe uma visão relativamente otimista sobre o efeito de longo prazo do caso. No lado do consumo, os prognósticos também não são bons. Existe a perspectiva de queda do consumo de 0,5% neste ano, o que seria o pior desempenho da componente do PIB desde 2003. Atualmente falamos na crise econômica de 2015, não como uma possibilidade, mas sim como um fato consumado dependendo apenas de data exata para acontecer. Não se trata mais de indagar se a crise econômica irá acontecer ou não em 2015, pois essa questão já foi esclarecida, trata-se agora de saber quando ela terá início e qual será a sua dimensão. A questão agora é saber qual será o tamanho da *crise econômica de 2015* e de que forma ela irá impactar os diversos setores da economia e também as finanças das pessoas. O fraco desempenho da economia, recessão, inflação estourando o teto da meta, alta do dólar e crise política, provoca volatilidade na bolsa e a renda variável deve ficar com menor fatia dos investimentos. O mercado financeiro geralmente tenta antecipar os movimentos da economia. Já não é novidade aos agentes do mercado que o país passará por uma recessão em 2015, os indicadores de confiança do consumidor e o empresariado já estão próximos às mínimas históricas. Por mais que as manchetes de jornais divulguem ao longo do ano notícias que não sejam nada boas, o mercado já as colocou nos preços dos ativos. Ou seja, as ações já estão com o preço que prevê esse cenário ruim da economia ao longo de 2015. **Ibovespa ou CDI: Qual indicador rendeu mais em 20 anos?** Quem investiu R\$ 100 no índice Bovespa em 01/01/1995 teria em 31/07/2015 um saldo de R\$ 1.167,11, um retorno de 1116,11% em pouco mais de 20 anos. O CDI apresentou um desempenho ainda melhor neste período. O mesmo investimento inicial de R\$ 100 teria gerado um saldo de R\$ 3.689,58, um retorno de 3.589%! A ideia aqui não é a de afirmar qual investimento é melhor, mas somente a de apresentar uma comparação entre estes dois indicadores ao longo destes 20 anos. Quem tivesse uma bola de cristal, teria ganho um bom dinheiro saindo da bolsa em 20/mai/2008 e passado a investir em CDI. O problema é que não existe bola de cristal. É difícil dizer, entre Ibovespa ou CDI, qual indicador renderá mais. No passado, o investimento em renda fixa, especialmente no CDI, foi “turbinado” pelas altas taxas de juros, por conta da política monetária vigente à época e das condições econômicas. Com uma condição econômica melhor e inflação controlada, as taxas de juros não devem voltar ao patamar do início do Plano Real. Por outro lado, com um crescimento mais lento da economia brasileira e inflação rompendo o limite superior da meta, o mercado acionário também não apresenta boa perspectiva. As aplicações financeiras em renda fixa pós-fixada passaram a render mais com o aumento da Taxa Selic. Com o novo aumento da Taxa Selic definida nesta última reunião do COPOM de 29/jul/2015, produtos com taxas atreladas ao CDI tornam-se ainda mais atraentes, principalmente em um cenário de grandes incertezas como se apresenta neste ano de 2015. Com a elevação da Taxa Selic de 13,75% para 14,25% ao ano, atingiu-se o maior patamar desta taxa de juros desde outubro de 2006, quando foi reduzida de 14,25% para 13,75%. Desde abril de 2013, a Taxa Selic já subiu 7 pontos percentuais, saindo de 7,25% para os atuais 14,25%. **A economia fraca desafia aplicação em renda variável.** A baixa no preço das ações cria oportunidades de investimento na Bolsa. No entanto, a previsão é de mais um ano instável, devido ao baixo crescimento da economia, aos ajustes que a nova equipe econômica fará e a mais uma rodada de aumento nas taxas de juros. Segundo os analistas financeiros, quando o governo sinaliza que vai aumentar os juros, cria um problema no mercado de capitais, pois a Bolsa deixa de ser atrativa, já que os títulos públicos têm remuneração alta. Com a alta das taxas de juros futuros, que atingiram o patamar máximo de cinco anos atrás, em função da piora do cenário doméstico, o Banco Central destacou na ata da última reunião do COPOM que os riscos remanescentes demandam vigilância e que em casos de desvios



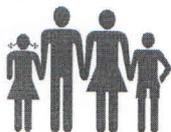
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

expressivos da expectativa de inflação, a autoridade monetária pode voltar a agir. Considerando que o Ibovespa, atingiu o menor fechamento desde 10 de março, quando encerrou no dia 11/08 em queda de 0,57%, aos 49.072 pontos, acumulando no ano baixa de 3,52% e que a recomendação é de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Considerando que continua a visão de que o crescimento de lucros neste ano não justifica a atual precificação da bolsa. De acordo com as perspectivas de curto prazo, os lucros devem crescer 9% neste ano e 10% no ano que vem, sobre uma base bastante fraca. Considerando este crescimento e um P/L de 14 (que é o nível atual, já acima da média histórica) no final deste ano (calculado com base nos lucros de 2016), o potencial de alta da bolsa seria de aproximadamente zero. Estes números, no entanto, estão sujeitos a uma grande volatilidade em razão do nível do câmbio, que afeta de maneira relevante parte significativa dos lucros. Assim, com um valor esperado baixo e uma variância alta, não nos parece ser um bom momento para o posicionamento em bolsa. **Carteira de Renda Variável.** As aplicações no fundo Santander Ibovespa Institucional Ações - CNPJ 01.699.688/0001-02, iniciaram em 2009, com aplicação de R\$ 3.147.000,00 (três milhões cento e quarenta e sete mil reais), apresentando até o fechamento de julho/2015, desvalorização acumulada de R\$ 451.231,29 (quatrocentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos), o que representa 16,21% do valor aplicado ao desde 2009. As aplicações no fundo CAIXA FI Ações Brasil IBX-50 - CNPJ 03.737.217/0001-77, iniciaram em 19/05/2008, com aplicação de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), apresenta desvalorização de R\$ 1.257.834,28 (hum milhão duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos), considerando o fechamento financeiro de julho/2015, representando redução de 24,66% do valor aplicado. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o relatório referente aos novos **Fundos Caixa Econômica Federal**, conforme processo **IPMU/099/2015**. A Caixa Econômica Federal, no dia 19/08 lançará 3 novos fundos NTN-B: Fundos Caixa Brasil 2016 V, Caixa Brasil 2020 V e Caixa Brasil 2024 VI. Esses novos Fundos são uma boa oportunidade para alocação dos recursos provenientes do pagamento de cupom de juros das NTN-B dos Fundos já existentes da mesma família, além de novas aplicações que considerem estratégicas para a busca da meta atuarial nos períodos desses fundos. Os fundos terão como estratégia alocar em sua carteira um único ativo, que serão NTN-B com vencimento em 2016, 2020 e 2024 respectivamente, que atualmente oferecem retorno acima da meta, atuarial dos RPPS (IPCA+6,00%aa), dessa forma, os fundos terão como expectativa de rentabilidade líquida, já descontando os custos, superar a meta atuarial no período. Considerando que a NTN-B é um título público federal, considerado de baixo risco, entendemos ser uma ótima oportunidade de investimento para superar a meta atuarial, sem expor o patrimônio dos RPPS a um nível elevado de risco. Os fundos somente serão abertos se as taxas das NTN-B se mantiverem em patamar suficiente para que a rentabilidade dos fundos supere IPCA+6% no período. Os fundos buscarão atingir a meta atuarial no período do investimento, porém haverá marcação a mercado e portanto, volatilidade; O resgate somente poderá ser solicitado em 16/08/2016, 16/08/2020 e 16/08/2024 respectivamente; Haverá amortização de cotas semestralmente, nos meses de Fevereiro e Agosto de acordo com o recebimento dos cupons de juros das NTN-B, isso quer dizer que os fundos não possuem risco de reinvestimento já que o pagamento dos cupons será creditado na conta corrente dos RPPS. Enquadramento 3922/10: Artigo 7º - Inciso I "b" – Até 100% do PL do RPPS. Importante ressaltar que trata-se de uma janela de oportunidade e que por esse motivo os fundos receberão aporte em um único dia: 19/08/2015. Os vencimentos 2016, 2020 e 2024 estão sendo negociados, respectivamente, nas seguintes taxas no momento: 7,32%/ 7,05%/ 7,04%. Assim, se for feita uma aplicação no fundo IMA-B hoje, a rentabilidade projetada para daqui 1 ano é de 17,32%. De acordo com a Consultoria Financeira RISK OFFICE, é uma boa opção para investimento nestes produtos, visto que a promessa de rentabilidade é superior a Inflação + 7% e a meta atuarial, que no caso do IPMU é de inflação + 6%. Ficam apenas dois pontos a serem observados: Marcação a mercado: o fundo sofrerá toda a volatilidade do mercado e Resgate no vencimento: só será permitido o resgate no vencimento do ativo. Deve-se verificar a liquidez

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten mark or signature in blue ink.*

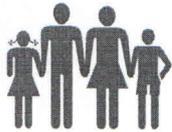
*Handwritten signature in blue ink.*



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

do plano e também já deve existir o pensamento relacionado ao reinvestimento destes valores.

**DELIBERAÇÕES.** Reformulação da carteira de investimentos, buscando maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto e médio prazo e principalmente o perfil conservador do IPMU, estabelecendo estratégia mais defensiva na gestão dos investimentos. **JUSTIFICATIVAS.** Ao longo dos últimos meses, o clima de pessimismo que assolou a economia brasileira se intensificou, com o surgimento de diversos sinais negativos associados ao ambiente econômico e político do país. Refletindo essa piora, ocorreu ao longo do mês de julho uma revisão do cenário, que inclui diversos indicadores econômicos, como o do Produto Interno Bruto, da inflação e da taxa de câmbio. As notícias não são boas para o curto prazo. O ambiente econômico desafiador e as incertezas políticas têm potencializado a queda da confiança dos agentes da economia em geral, a deterioração acentuada da demanda e o acúmulo de estoques. A revisão das metas para o resultado primário do setor público consolidado, despertou preocupações com as perspectivas para a economia brasileira no médio prazo. **FUNDOS DE RENDA FIXA.** Os fundos IMA-B5 protegem a carteira do risco inflacionário, tendem a se beneficiar da alta das suas inflações implícitas, tem potencial de cumprimento da meta atuarial, apresenta menor volatilidade em relação aos IMA's longos, o que favorece os investidores conservadores. Os fundos IRFM1/DI, considerados investimentos de curto prazo possuem menor potencial de cumprimento da meta atuarial, contudo reduzem a volatilidade da carteira em relação às alterações nas taxas de juros e trazem maior liquidez. Os Títulos Públicos NTN-B, ativos integrantes da carteira de investimentos IMA-B, estão apresentando taxas de retorno acima de 6% ao ano, ou seja, acima da meta atuarial. **FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL.** O consenso dos analistas econômicos continua caminhando para um cenário de retração da atividade em 2015 e 2016. Visão de demanda doméstica deverá permanecer em queda e o processo de demissão persistirá nos próximos trimestres. O mercado de renda variável continua com perspectivas negativas no curto e médio prazo. **Saber quando sair de um Investimento.** Os investimentos são operações financeiras que, dependendo da sua complexidade, apresentam maior ou menor grau de risco para o investidor. Nesse sentido, considerado que o mercado se caracteriza por flutuações diárias que é necessário acompanhar de forma contínua, é importante que o investidor saiba quando deve sair de um investimento para evitar, tanto quanto possível, perdas acentuadas. Por que sair de um investimento? À semelhança do que acontece com outros negócios, os investimentos financeiros têm um ciclo de vida imprevisível, dependendo o seu sucesso a longo prazo de inúmeros fatores. Por consequência, a saída de um investimento é justificada por variáveis como a falta de rentabilidade (que não passa necessariamente por uma perda de capital, mas pela estagnação face aos ganhos durante um período de tempo superior ao desejável), pelo decréscimo de prestígio ou da imagem de marca da empresa no mercado ou pela possibilidade de novo investimento mais atrativa e rentável. Racionalidade, fator chave na hora de tomar decisões. É normal que se questione se vale a pena insistir mais algum tempo para verificar se existe hipótese de recuperação ou, em alternativa, se a solução mais eficaz passa efetivamente por sair do investimento. É importante não se apegar ao fato de o investimento poder ter tido um ótimo retorno no passado, uma vez que a volatilidade do mercado torna-o imprevisível e, em determinadas situações, ganha mais quem registra menos perdas com os investimentos já realizados. Manter a serenidade e avaliar racionalmente as possibilidades de que dispõe para tomar uma decisão. Observar o mercado, ele apresenta sinais importantes. Analisar o mercado no momento em que avalia a decisão sobre um possível abandono de um investimento pode fornecer indicadores muito relevantes neste processo. Pesquisa prévia. É importante fazer uma pesquisa prévia, utilizando recursos como a internet, bibliografia específica, publicações especializadas da imprensa e, sobretudo, interpretando os sinais dados pelo mercado e por todos os agentes que nele atuam. **MOVIMENTAÇÕES DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS: 1-)** Resgatar R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), correspondente a rentabilidade acumulada do fundo ITAÚ Institucional Inflação FIC Renda Fixa de 2014 e 2015 e aplicar no fundo Santander IMA-B5 Títulos Públicos Renda Fixa. **2-)** Resgatar R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) do fundo ITAÚ Institucional Inflação FIC Renda Fixa no dia 19/08/2015 e aplicar



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU  
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

no fundo ITAÚ Institucional Alocações Dinâmica Renda Fixa FIC FI. Fundo com gestão híbrida, que utiliza três estratégias (IMA-SE, IRFM e IMA-B) com o propósito agregar valor de forma dinâmica e objetiva. **3-)** Aplicar os juros semestrais dos títulos 2024 que será disponibilizado no dia 18/08/2015, no valor de R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais) no fundo CAIXA Brasil Referenciado DI Longo Prazo. **4-)** Resgatar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do fundo CAIXA Brasil Referenciado DI Longo Prazo no dia 19/08/2015, e aplicar no fundo CAIXA Brasil 2016 V Títulos Públicos Renda Fixa. **5-)** Aplicar o repasse das contribuições previdenciária e da compensação previdenciária no fundo Santander IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa. **6-)** Resgatar os valores referentes a folha de pagamento dos inativos do fundo CAIXA Brasil Referenciado DI Longo Prazo. **7-)** Resgatar no dia 19/08/2015 o valor total do fundo de renda variável Santander Ibovespa e aplicar no fundo Santander IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa. Considerando que nos últimos anos, o índice Ibovespa não apresenta bom desempenho, não conseguindo superar o percentual de 16,21% de rentabilidade e que os fundos de renda fixa, devido a elevação da taxa Selic, tendem a apresentar melhor retorno no curto prazo. Visando manter as recomendações de exposição reduzida no segmento de renda variável, pois não há percepção de melhora nos fundamentos econômicos, financeiros e políticos no curto prazo, que justifique o risco na carteira e principalmente a manutenção do conservadorismo nos investimentos, afim de resguardar o patrimônio contra as insegurança do mercado financeiro. Conforme informações sobre o mercado financeiro, o risco de aumentar a desvalorização na aplicação é maior na manutenção do fundo no segmento de renda variável do que se migrar para os fundos de renda fixa indexados ao CDI, IRFM-1 ou IMA-B5, que tendem a apresentar menor volatilidade em momentos de stress, como o atual. **8)** Manutenção das demais aplicações financeiras. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Cícero José de Jesus Assunção

Flávio Bellard Gomes

Osieo Hecher

Silvia Moraes Stefani Lima

Sirleide da Silva